

# Médicos querem eutanásia

cia

sexta-feira, 9/1/87 □ 1º caderno □ 5

ANC 88  
Pasta 11 a 19  
Jan/87  
082

## legalizada na Constituinte

**Brasília** — Os médicos reunidos no 4º Encontro Nacional de Conselhos Regionais de Medicina trouxeram para debater na capital dois temas que serão suas bandeiras este ano: como influir na Constituinte e na redação do novo Código Penal. Este último tema promete ser polêmico. Eles vão pedir a legalização da eutanásia passiva (deixar morrer), do aborto quando houver certeza de que o feto tem deficiência física ou mental e a regulamentação da esterilização, hoje considerada pela Justiça como crime de lesão corporal grave com perda de função, embora amplamente praticada no país.

O Código Penal suscita polêmicas há muito tempo. Há oito anos tramitando no Congresso, o código elaborado por uma comissão de notáveis escolhidos pelo governo do general João Baptista de Figueiredo, causou espanto quando defendeu a eutanásia ativa, logo derrubada por grandes pressões, que tiraram o assunto de pauta. Agora, os médicos ressuscitam o tema. Para a Constituinte, que eles querem curta e clara, defendem uma dotação de 12% do orçamento para a saúde e que a nova Carta garanta "saúde para todos".

### Pressão

Para defender seus pontos de vista, tanto na Constituinte quanto em relação ao Código Penal, os médicos vão montar um lobby em Brasília. "Nosso lobby irá pressionar o Congresso e abastecer de informações os conselhos regionais de medicina", informou o presidente do Conselho Federal de Medicina, Gabriel Osekla, contabilizando os parlamentares que apoiam suas propostas, entre os quais estão o senador Almir Gabriel (PMDB-PA) e os deputados Carlos Santana (PMDB-BA), Célio Castro (PMDB-MG), Vítor Povais (PT-ES), Geraldo Alckimim (PMDB-SP) e Euclides Scalco (PMDB-PR).

Todos os temas que trouxeram para este Congresso e que pretendem levar para a Constituinte e para o novo Código Penal, segundo Gabriel Osekla, foram amplamente discutidos por médicos de todo o país, em reuniões abertas à participação da sociedade civil. "Hoje é claro para nós que a sociedade civil está em primeiro lugar", disse Osekla. Destes debates, eles pretendem defender o que foi unanimidade.

— Em relação ao aborto, por exemplo, houve uma

grande diferença de opiniões quanto a sua legalização, mas todos concordaram que no Brasil existe uma das leis mais restritivas do mundo sobre a questão —, afirmou o presidente do CFM. Todos aprovaram, também, segundo ele, a tese de que "o aborto deve ser legal quando existir a certeza de que a criança nascerá com deficiências físicas ou mentais".

A eutanásia passiva ocupou pouco tempo dos debates. Foi logo derrubada. Os médicos e os representantes da sociedade civil, segundo Osekla, defenderam a eutanásia passiva, pela qual o médico deixa de adotar procedimentos que prolonguem a vida de uma pessoa condenada à morte por uma doença fatal. Na eutanásia ativa, o médico simplesmente apressa a morte do paciente. O Código Penal em vigor no país não prevê nem uma nem outra forma de eutanásia, "embora a passiva seja adotada informalmente no Brasil", segundo Osekla.

Os médicos querem tornar legal a esterilização. O Código Penal utilizado não se define sobre a questão e os juizes acabaram formando jurisprudência pela qual o médico que esteriliza um paciente, mesmo com sua aprovação, é acusado por crime de lesão corporal grave, com perda de função. "Mas o real é que existe um acordo tácito entre médicos e pacientes. Só resta legalizar", disse Osekla.

O presidente disse que o importante é que o novo Código Penal obrigue os médicos a esclarecer aos pacientes que desejam ser esterilizados que existem outros recursos. No caso das mulheres, por exemplo, a pílula. Ele acha que a legalização irá coibir a presença, no Brasil, de entidades norte-americanas como a Pathfinder Foundation, representada pela Bemfam, que esteriliza mulheres em massa, executando sua política de controle de natalidade no Terceiro Mundo. Segundo ele, no município de Rio Claro, em São Paulo, 50% das mulheres foram esterilizadas pela Pathfinder.

Outro tema que eles querem legalizado pelo Código Penal é a pesquisa em seres humanos, uma das etapas queimadas pela indústria farmacêutica para colocar um novo produto no mercado. No Brasil, não há limites para tais experiências, e a cada dia chegam novas denúncias ao CFM de pacientes utilizados como cobaias. "O problema é que os pacientes não são avisados", denunciou Osekla.